



COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº TRF2-EOF-2022/105

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº **TRF2-PSG-2023/00248** de 31/05/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio www.gov.br/compras. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 14 de setembro de 2023

Horário (de Brasília): 13:30

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Preços;

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços.

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **aquisição de material de consumo para a manutenção da infraestrutura de rede de dados, para a Justiça Federal da 2ª Região, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como Gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como Participante, por meio do Sistema de Registro de Preços**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é composto por 25 (vinte e cinco) itens, que poderão ser adjudicados a mais de uma licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES



2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:



2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.8 - Poderão participar deste Pregão **exclusivamente** microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00, nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 (artigo 4º, *caput*, da Lei nº 14.133/2021), previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.

2.8.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no **VALOR UNITÁRIO DO ITEM**, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II do Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via *internet*.



4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato**, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Preços unitário e total do item/lote, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II do Edital;

5.1.5.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim, todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.6 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como a MARCA (e modelo, se houver);

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de entrega**, que deverá ser de, no máximo 20 (vinte) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho/assinatura do contrato;

5.1.9 - **Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços**: 01 ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso;

5.1.10 - **Prazo de validade/garantia do produto**, em cada fornecimento, conforme o Código de Defesa do Consumidor, salvo se os fabricantes dos materiais requisitados fornecerem garantia superior àquela estabelecida.

5.1.10.1 - Durante o período da garantia, a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.10, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.



Das Condições de Fornecimento

5.3 - Caso quaisquer dos produtos fornecidos venham a apresentar vícios, defeitos ou incorreções decorrentes do processo de fabricação ou devido à má qualidade, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento definitivo, deverão ser substituídos pela empresa fornecedora, sem ônus para o Contratante;

5.3.1 – O prazo máximo para substituição será de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação do fato à Contratada;

5.3.2 - Não serão aceitos materiais/produtos cujas embalagens estejam danificadas.

5.3.3 - Os produtos devem ser entregues em embalagem original do fabricante devidamente identificada.

5.4 - Os certificados de garantia deverão ser entregues juntamente com os materiais.

5.5 - As empresas deverão descrever os materiais e as marcas/modelos cotados em suas propostas, com vistas a possibilitar a emissão do parecer técnico. Na hipótese de cotação de marca similar, o licitante deverá descrever as características da marca cotada, apresentando a ficha técnica do produto e/ou laudos técnicos, onde constem especificações claras e detalhadas do material, que possibilitem a verificação da similaridade dos produtos.

5.6 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do próprio Sistema *Compras.gov.br*.

5.6.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.7 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.8 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.9 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos no *Compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.10 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.10.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.10.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.10.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;



5.10.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.10.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - Durante a vigência inicial da Ata, os preços registrados são fixos e irreajustáveis, ressalvadas as seguintes hipóteses: (artigo 25, do Decreto nº 11.462/2023)

6.10.1 - Força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021;

6.10.2 - Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.10.3 - Prorrogação da vigência da Ata por mais 01 (um) ano, situação em que os preços poderão ser reajustados pela variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que as partes



acordarem, mediante solicitação do fornecedor, e desde que comprovada a vantagem.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor unitário do item**, conforme modelo de planilha constante do Termo de Referência - Anexo I, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$0,20 (vinte centavos), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.



7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.

7.12 - A apresentação de novas propostas na forma dos subitens 7.10 e 7.11 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.13 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.13.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.13.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **menor valor unitário do item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma;

8.4.1 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão (artigo 45, inciso I, da LC nº 123/2006);

8.4.2 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.4.3 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;



8.4.4 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem;

8.6.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6.2 - Avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;

8.6.3 - Desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;

8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.7 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no artigo 60, da Lei nº 14.133/2021.

8.7.1 - Empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.7.2 - Empresas brasileiras;

8.7.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.7.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os procedimentos previstos no subitem 8.4 deste Edital, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **menor valor unitário do item**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão



respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - O TRF - 2ª Região poderá disponibilizar protótipo do objeto licitado e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras da licitante provisoriamente vencedora, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar contrato.

8.15 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.16 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA



9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:



9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do TRF – 2ª Região, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu materiais de natureza similar ao objeto da licitação".

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.



10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, na época da realização da despesa.

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento", e no sítio: www.gov.br/compras, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s).

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS



13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinar a **Ata de Registro de Preços** constante do Anexo V deste Edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho/assinar contrato, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez, mediante solicitação apresentada dentro do prazo e devidamente justificada pela licitante, que deverá ser aceita pelo TRF - 2ª Região, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

13.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

13.4.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou entidade interessada por meio de contrato ou emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, os quais deverão ser assinados no prazo de vigência da ata de registro de preços.

13.4.3 - O TRF - 2ª Região não está obrigado a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.4.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.4.5 - A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será extensiva à data de assinatura do termo de detalhado a que alude o subitem 16.1.2 pelas partes.

13.5 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora, seguido pelas licitantes que mantiveram sua proposta original, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

13.6 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.



13.6.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.

13.6.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 13.6.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

13.7 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei e a imediata perda da garantia da proposta em favor do TRF - 2ª Região.

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O TRF - 2ª Região é o Órgão gerenciador responsável pela condução dos procedimentos de registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, cuja vigência será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.2 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o TRF - 2ª Região designará servidor para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

14.3 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

14.3.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

14.3.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TRF - 2ª Região, sem justificativa razoável;

14.3.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;

14.3.4 - Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

14.3.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



14.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

14.6.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

14.6.2 - Comprovação de que o fornecedor está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

14.6.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 §3º, e do artigo 27 §4º, do Decreto nº 11.462/2023.

14.7 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços, da seguinte forma:

14.7.1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

14.7.2 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.8 - O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 14.7, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

14.9 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 15.2 e 15.3.

14.10 - O remanejamento de que trata o subitem 14.7 deve ser solicitado pelo órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a).

14.11 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

15 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



15.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 15.4.

15.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

15.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

15.3.1 - O limite referenciado no subitem 15.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

15.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 15.1.3;

15.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

15.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

15.6 - Ao órgão não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

15.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.



15.9 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

15.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido mediante termo detalhado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

16.1.1 - Provisoriamente - De forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, pelo Fiscal Técnico, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.

16.1.2 - Definitivamente - Pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado.

16.2 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16.3 - O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990;

16.5 - O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será efetuado após a entrega dos produtos, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).



17.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

17.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

17.1.3 - Para fins do disposto no subitem 17.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

17.2 - O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues na Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, localizada na Rua Acre, 80, sala 305 – Centro – Rio de Janeiro, das 10h às 17h, de 2ª a 6ª feira;

17.2.1 - A entrega deverá ser agendada com antecedência através do telefone (21) 2282-8234 ou 2282-8264, ou do e-mail salmox@trf2.jus.br.

17.2.2 - Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro Seção de Almoxarifado Local de entrega: Rua Equador nº 613 – Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ Telefone: (21)3218-6612/ (21)3218-6613 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone) Horário: das 11 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos. E-mail: tssealm@jfrj.jus.br

17.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

17.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1540, de 05/01/2015, e nº 1.552, de 02/03/2015;

17.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

17.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

17.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 17.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

17.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

17.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 17.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.



17.7.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

18.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.1.2 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante;

18.2 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

18.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - São obrigações do Contratante, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

19.1.1 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

19.1.2 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

19.1.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do(s) produto(s)/material(is) objeto do Contrato;

19.1.4 – Comunicar oficialmente à Contratada, quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato;

19.1.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;

19.1.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

19.1.7 – Solicitar reparo, correção, remoção ou substituição do(s) produto(s)/material(is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

19.1.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

20 - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

20.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;



- 20.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 20.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 20.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 20.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 20.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 20.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 20.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 20.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 20.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 20.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 20.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 20.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ;
- 20.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12 acima, bem como nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 20.2.2.
- 20.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 20.2.4 - **Multa**:
- 20.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.
- 20.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.



20.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

20.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

20.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

20.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

20.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

20.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

20.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.



20.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

21.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

21.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

21.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;



21.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

21.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

21.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

21.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

21.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 21.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

21.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2023.

Francisco Luís Duarte - Pregoeiro

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2023**

Processo nº TRF2-EOF-2022/00105 (TRF2-DOD-2022/00027)

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para eventual aquisição de **material de consumo** para a manutenção da infraestrutura de rede de dados, para uso no TRF 2ª Região e na Seção Judiciária do Rio de Janeiro, conforme especificações e características técnicas constantes deste Termo de Referência.
 - 1.1.1. Os pedidos de empenhamento serão realizados pelos órgãos gerenciador e participe da Ata de Registro de Preços, observando as diretrizes de distribuição equilibrada do esforço de contratação de soluções de TI compartilhadas entre os Órgãos da Justiça Federal da 2ª Região, estabelecidas na Resolução TRF2-RSP-2018/00002.
- 1.2. O Órgão Gerenciador e o Órgão Participe da presente contratação estão descritos a seguir:
 - 1.2.1. Órgão Gerenciador
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
CNPJ: 32.243.347/0001-51
Rua Acre no 80, 19º andar, Centro,
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.081/000.
Site: <https://www10.trf2.jus.br/ai/transparencia-publica/licitacoes/>
Coordenadoria de Licitações - COLICI:
Telefone (21) 2282-8020 / 2282-8682 (12 às 17h)
E-mail: licita@trf2.jus.br
 - 1.2.2. Órgão Participe
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO DE JANEIRO (SJRJ)
CNPJ: 05.424.467/0001-16
Avenida Almirante Barroso no 78, 11º andar, Centro,
Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.040/009.
Site: <https://www.jfrj.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contas-publicas/licitacoes>
Seção de Apoio às Licitações – SALIC: Telefone (21) 3218-9767 / 3218-9868 (12 às 17h)
E-mail: licitacoes@jfrj.jus.br
- 1.3. São partes integrantes deste Termo de Referência:
 - 1.3.1. Anexo I-1: Mapa de Gerenciamento de Riscos;
 - 1.3.2. Anexo I-2: Estudo Técnico Preliminar.
 - 1.3.3. Anexo I-3: Estimativas de Preços da Contratação
 - 1.3.4. Anexo I-4: Adequação Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

- 2.1. A LICITANTE deverá apresentar proposta de preços conforme modelo constante a seguir, contendo discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados contendo valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso;
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.



Item	Discriminação	Marca/ Modelo	Quantidade por órgão		Quantidade total	Unid.	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
			TRF2	SJRJ				
1.1	Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 vias, categoria 6 CATMAT 372481		1000	1000	2000	unidade		
1.2	Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 vias, categoria 5e CATMAT 406426		1000	1000	2000	unidade		
1.3	Conectores RJ-45 macho de 8 vias, categoria 6 CATMAT 448853		1000	1000	2000	unidade		
1.4	Conectores RJ-45 macho de 8 vias, categoria 5e CATMAT 271425		1000	1000	2000	unidade		
1.5	Caixa de sobrepor dupla para keystone RJ-45 CATMAT 417146		300	300	600	unidade		
1.6	Caixa de Cabo UTP com 4 pares categoria 6 (rolo com 300m) CATMAT 467549		40	40	80	rolo		
1.7	Caixa de Cabo UTP com 4 pares categoria 5e (rolo com 300m) CATMAT 271425		40	40	80	rolo		
1.8	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado, 0,5 metro CATMAT 472692		250	250	500	unidade		
1.9	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado, 1,0 metro CATMAT 472692		250	250	500	unidade		
1.10	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado, 1,5 metro CATMAT 367305		400	400	800	unidade		
1.11	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado, 2,5 metros CATMAT 367306		150	150	300	unidade		
1.12	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado, 5 metros CATMAT 367307		25	25	50	unidade		
1.13	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado, 10 metros CATMAT 367308		25	25	50	unidade		
1.14	Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 1,5 metros CATMAT 415539		200	200	400	unidade		
1.15	Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 2,5 metros CATMAT 415539		200	200	400	unidade		



1.16	Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 4 metros CATMAT 415539		200	200	400	unidade		
1.17	Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 5 metros CATMAT 415539		200	200	400	unidade		
1.18	Velcro cor preta para fixação de cabos CATMAT 393276		25	25	50	rolo		
1.19	Acoplador de fibra óptica padrão LC/upc – SC/upc CATMAT 150313		05	05	10	unidade		
1.20	Caneta Testadora de continuidade para cabo de fibra óptica. CATMAT 150313		05	05	10	unidade		
1.21	Localizador de cabos tipo zumbidor CATMAT 97764		05	05	10	unidade		
1.22	Fonte Injetor PoE Ativo Gigabit Ethernet CATMAT 426731		40	40	80	unidade		
1.23	Cabo DAC HUAWEI part number N° SFP+10G-CU1M CATMAT 400478		125	125	250	unidade		
1.24	Cabo console adaptador de Serial (RS-232) com plug macho RJ 45 para USB macho tipo A CATMAT 362328		50	50	100	unidade		
1.25	Mini Switch Não Gerenciável CATMAT 122971		50	50	100	unidade		
VALOR TOTAL								

- 2.3. Havendo divergência entre a descrição apresentada no cadastramento do item no COMPRASNET e o conteúdo das especificações técnicas do edital prevalecerão como válidas apenas as especificações técnicas.
- 2.4. Os modelos de referência indicados nas especificações técnicas dos itens 1.1 a 1.25 atendem às especificações técnicas do edital.
- 2.5. Caso a equipe técnica de apoio ao pregoeiro julgue que as informações preenchidas pela LICITANTE no COMPRASNET, nos campos Marca, Fabricante e Descrição Detalhada do Objeto Ofertado, são insuficientes para avaliar a adequação do material ao exigido em edital, poderá ser exigido do LICITANTE o envio de documentação comprobatória por e-mail ou indicação de endereço eletrônico para consulta. A documentação que poderá ser exigida, conforme o item inclui: manuais, catálogos, folhas de especificação (datasheet) do produto, declaração de laboratório, certificados e informações claras de sites relacionados ao produto ofertado.

3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Necessidade de suprimentos utilizados na manutenção da infraestrutura de rede de dados.

4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 4.1. Viabilizar a instalação de novos pontos de rede.



- 4.2. Viabilizar a manutenção dos pontos de rede existentes.
- 4.3. Viabilizar a remanejamento de pontos de rede de dados
- 4.4. Viabilizar a adequada organização e identificação do sistema de cabeamento de rede de dados.

5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF

- 5.1. A presente contratação está alinhada com as iniciativas previstas no Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026 - e no Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PETI-JF 2021/2026, mais precisamente em consonância com o Macro desafio "Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados" e o objetivo estratégico de "Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal".

6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda **TRF2-DOD-2022/00027** e os estudos preliminares constantes do processo **TRF2-EOF-2022/00105**.

7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- 7.1. A presente contratação será por sistema de Registro de Preços. A estimativa foi baseada no consumo anual de cada item somada à estimativa de crescimento e novas instalações e configurações na infraestrutura de TIC, de modo que as solicitações de fornecimento ocorrerão conforme a demanda.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

- 8.1. Os requisitos técnicos da Solução de TIC a ser contratada constam dos itens 17.1 a 17.25 do Termo de Referência.
- 8.2. As disposições acerca do parcelamento e adjudicação do objeto constam do item 12 do Termo de Referência.

9. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC

- 9.1. Considerando que o objeto da demanda se resume à aquisição de suprimentos indispensáveis à manutenção de pontos de rede, não se verifica a necessidade de identificar outras soluções disponíveis no mercado.

10. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

- 10.1. Não se aplica.

11. DA NATUREZA DO OBJETO

- 11.1. Os materiais descritos nos itens 1.1 a 1.25 são "materiais de telecomunicações". Conforme mencionado no item 30 do Manual de Despesa Nacional (vide página 46) são classificados como material de consumo.
- 11.2. Cabe ressaltar algumas questões referentes à Resolução CNJ 468/2022:



- 11.2.1. O art. 1º da Resolução CNJ 468/2022 dispõe que a referida Resolução somente é aplicável aos bens e serviços de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC).
- 11.2.2. O art. 2º da Resolução CNJ 468/2022 dispõe que materiais de consumo considerados pela área administrativa do órgão não são classificados como Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- 11.3. O Guia de Contratações de TIC do Poder Judiciário no item 5.2 (Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares) apresenta a tabela "Observações sobre o procedimento" que, na alínea "b" do item 4 (página 23/113), no subitem 5 (Infraestrutura de TIC), indica que soluções de cabeamento estruturado que permita conectividade à rede de telecomunicações (como fibra ótica, conectores, conduítes e cabos de rede de dados), ainda que venham a integrar sala de datacenter, não são considerados Infraestrutura de TIC.
- 11.4. Assim sendo, todos os itens são material de consumo que possuem características comuns e usuais encontradas no mercado, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.
- 11.5. Por se tratar da aquisição de materiais de consumo, não se configura um caso de serviço continuado.

12. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- 12.1. No contexto desta contratação e de acordo com os requisitos levantados, verifica-se que o objeto poderá ser dividido em itens, e que a divisão não traz prejuízo para o objetivo final almejado.
- 12.2. Portanto, o objeto desta licitação será divisível e cada item poderá ser adjudicado a uma LICITANTE diferente.

13. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

- 13.1. Verifica-se que os materiais pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores no mercado e apresentam características padronizadas.
- 13.1.1. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização da modalidade "Pregão" sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço, e pelo Sistema de Registro de preços, para aquisição eventual em momento oportuno.

14. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. A CONTRATADA deverá respeitar e cumprir todas as disposições da legislação ambiental vigente, responsabilizando-se perante a CONTRATANTE, os órgãos ambientais e terceiros, por todo e qualquer dano ou prejuízo que porventura cause ao meio ambiente.

15. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

- 15.1. Os itens fornecidos deverão estar de acordo com as normas, padrões e políticas estabelecidas pelos respectivos fabricantes dos bens, bem como estar aderente às normas técnicas brasileiras aplicáveis.

16. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 16.1. Conforme item 9.5 do Edital.

17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



- 17.1. **Item 1.1 - Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 (oito) vias, categoria 6**
- 17.1.1. Conector modular tipo RJ 45 fêmea (keystone), cor branco, com 8 (oito) vias, categoria 6, não blindado.
- 17.1.2. Similar ao conector fêmea SohoPlus 35050424, UL: E173971.
- 17.1.3. Deverá ser listado ou verificado pela UL (Underwriters Laboratories Inc).
- 17.1.3.1. Não será aceita, para fins de comprovação do atendimento a essa exigência, a simples declaração da LICITANTE de que o produto é UL Listed ou a apresentação de folheto técnico do produto com a simples informação UL Listed.
- 17.1.3.2. Para fins da comprovação de que o produto ofertado é listado ou verificado pela UL, a LICITANTE deverá encaminhar documentação técnica que indique o código da certificação UL.
- 17.1.3.3. Caso o folheto técnico do fabricante não indique o código da certificação UL, a LICITANTE deverá encaminhar o endereço WEB da Underwriters Laboratories Inc (por exemplo: productiq.ulprospector.com) ou relatório emitido pela UL (por exemplo: Online Certifications Directory) que indique que o produto apresenta a referida certificação.
- 17.1.4. Deverá atender às normas ABNT NBR 14565 e RoHS.
- 17.1.5. Deverá possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso e revestidas com uma camada de níquel e ouro e corpo em termoplástico não propagante à chama (padrão UL94V-0 ou superior).
- 17.1.6. Deverá possuir identificação compatível com as versões A e B do padrão TIA/ EIA 568.
- 17.1.7. Deverá apresentar identificação escrita no corpo do conector com a identificação da marca e do modelo do conector.
- 17.1.7.1. Não serão aceitos conectores nos quais tais informações sejam apresentadas por meio de etiquetas coladas ao mesmo ainda que tais etiquetas contenham a informações do modelo e marca.
- 17.1.8. Apresentar dimensões adequadas que permitam a instalação de 48 **conectores Keystone RJ-45 fêmea de 8 (oito) vias, categoria 6** no patch panel descarregado de alta densidade existente nas instalações da CONTRATANTE cujo modelo é 48P 1U Furukawa part number 35050805.
- 17.1.8.1. Para atender ao disposto no item 17.1.8, o conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 (oito) vias, categoria 6 deverá apresentar as seguintes dimensões máximas:
- 17.1.8.1.1. Altura de 22,4 mm;
- 17.1.8.1.2. Largura de 17 mm;
- 17.1.8.1.3. Profundidade de 37 mm.
- 17.1.9. Conexão traseira padrão Padrão 110 IDC, 8 posições, em bronze fósforo estanhado, para condutores de 22 a 26 AWG.
- 17.1.10. A LICITANTE deverá indicar em sua proposta comercial o site oficial WEB do fabricante do Conector Keystone RJ-45 fêmea.
- 17.1.10.1. O referido site deverá oferecer para consulta as especificações técnicas do produto.
- 17.2. **Item 1.2 - Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 (oito) vias, categoria 5e**
- 17.2.1. Conector modular tipo RJ 45 fêmea (keystone), cor branco, com 8 (oito) vias, categoria 5e, não blindado.



- 17.2.2. Similar ao conector fêmea SohoPlus [35050423](#), UL: E173971.
- 17.2.3. Deverá ser listado ou verificado pela UL (Underwriters Laboratories Inc).
- 17.2.3.1. Não será aceita, para fins de comprovação do atendimento a essa exigência, a simples declaração da LICITANTE de que o produto é UL Listed ou a apresentação de folheto técnico do produto com a simples informação UL Listed.
- 17.2.3.2. Para fins da comprovação de que o produto ofertado é listado ou verificado pela UL, a LICITANTE deverá encaminhar documentação técnica que indique o código da certificação UL.
- 17.2.3.3. Caso o folheto técnico do fabricante não indique o código da certificação UL, a LICITANTE deverá encaminhar o endereço WEB da Underwriters Laboratories Inc (por exemplo: productiq.ulprospector.com) ou relatório emitido pela UL (por exemplo: Online Certifications Directory) que indique que o produto apresenta a referida certificação.
- 17.2.4. Deverá atender as normas ABNT NBR 14565 e RoHS.
- 17.2.5. Deverá possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso e revestidas com uma camada de níquel e ouro e corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (padrão UL94V-0 ou superior).
- 17.2.6. Deverá possuir identificação física compatível com as versões A e B do padrão TIA/EIA 568.
- 17.2.7. Deverá apresentar identificação escrita no corpo do conector com a identificação da marca e do modelo do conector.
- 17.2.7.1. Não serão aceitos conectores nos quais tais informações sejam apresentadas por meio de etiquetas coladas ao mesmo ainda que tais etiquetas contenham a informações do modelo e marca.
- 17.2.8. Apresentar dimensões adequadas que permitam a instalação de 48 **conectores Keystone RJ-45 fêmea de 8 (oito) vias, categoria 5e** no patch panel descarregado de alta densidade existente nas instalações da CONTRATANTE cujo modelo é 48P 1U Furukawa part number [35050805](#).
- 17.2.8.1. Para atender ao disposto no item 17.1.8, o **conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 (oito) vias, categoria 5e** deverá apresentar as seguintes dimensões máximas:
- 17.2.8.1.1. Altura de 22,4 mm;
- 17.2.8.1.2. Largura de 17 mm;
- 17.2.8.1.3. Profundidade de 37 mm.
- 17.2.9. Conexão traseira padrão Padrão 110 IDC, 8 posições, em bronze fósforo estanhado, para condutores de 22 a 26 AWG.
- 17.2.10. A LICITANTE deverá indicar em sua proposta comercial o site oficial WEB do fabricante do Conector Keystone RJ-45 fêmea.
- 17.2.10.1. O referido site deverá oferecer para consulta as especificações técnicas do produto.
- 17.3. **Item 1.3 - Conectores RJ-45 macho de 8 vias, categoria 6**
- 17.3.1. Conector modular tipo RJ 45 macho, com 8 (oito) vias, categoria 6, não blindado.
- 17.3.2. Similar ao conector Furukawa Sohoplus Conector macho cat 6 RJ-45 ([35050297](#)), UL Listed E173971.
- 17.3.3. Deverá ser listado ou verificado pela UL (Underwriters Laboratories Inc).
- 17.3.3.1. Não será aceita, para fins de comprovação do atendimento a essa exigência, a simples declaração da LICITANTE de que o produto é UL



- Listed ou a apresentação de folheto técnico do produto com a simples informação UL Listed.
- 17.3.3.2. Para fins da comprovação de que o produto ofertado é listado ou verificado pela UL, a LICITANTE deverá encaminhar documentação técnica que indique o código da certificação UL.
- 17.3.3.3. Caso o folheto técnico do fabricante não indique o código da certificação UL, a LICITANTE deverá encaminhar o endereço WEB da Underwriters Laboratories Inc (por exemplo: productiq.ulprospector.com) ou relatório emitido pela UL (por exemplo: Online Certifications Directory) que indique que o produto apresenta a referida certificação.
- 17.3.4. Deverá possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso e revestidas com uma camada de, no mínimo, 2,54 micrômetro de níquel e 1,27 micrômetro de ouro, corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (padrão UL94V-0 ou superior), transparente.
- 17.3.5. Deverá atender às normas: TIA/ EIA 568 e ser listado ou verificado pela UL (Underwriters Laboratories Inc).
- 17.3.6. Deverá atender à Diretiva da União Européia RoHS (Restriction of Hazardous Substances).
- 17.4. **Item 1.4 - Conectores RJ-45 macho de 8 vias, categoria 5e**
- 17.4.1. Conector modular tipo RJ 45 macho, com 8 (oito) vias, categoria 5e, não blindado.
- 17.4.2. Similar ao conector Furukawa Sohplus Conector macho cat 5e RJ-45 ([35050290](#)), UL Listed E173971;
- 17.4.3. Deverá ser listado ou verificado pela UL (Underwriters Laboratories Inc).
- 17.4.3.1. Não será aceita, para fins de comprovação do atendimento a essa exigência, a simples declaração da LICITANTE de que o produto é UL Listed ou a apresentação de folheto técnico do produto com a simples informação UL Listed.
- 17.4.3.2. Para fins da comprovação de que o produto ofertado é listado ou verificado pela UL, a LICITANTE deverá encaminhar documentação técnica que indique o código da certificação UL.
- 17.4.3.3. Caso o folheto técnico do fabricante não indique o código da certificação UL, a LICITANTE deverá encaminhar o endereço WEB da Underwriters Laboratories Inc (por exemplo: productiq.ulprospector.com) ou relatório emitido pela UL (por exemplo: Online Certifications Directory) que indique que o produto apresenta a referida certificação.
- 17.4.4. Deverá possuir vias de contato produzidas em bronze fosforoso e revestidas com uma camada de, no mínimo, 2,54 micrômetro de níquel e 1,27 micrômetro de ouro, corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (padrão UL94V-0 ou superior), transparente.
- 17.4.5. Deverá atender às normas: TIA/ EIA 568 e ser listado ou verificado pela UL (Underwriters Laboratories Inc).
- 17.4.6. Deverá atender à Diretiva da União Européia RoHS (Restriction of Hazardous Substances).
- 17.4.7. Apresentar no conector a informação do nome do fabricante em alto relevo.
- 17.5. **Item 1.5 - Caixa de sobrepor dupla para keystone RJ-45**
- 17.5.1. Caixa aparente de sobrepor confeccionada em material termoplástico ABS de alto impacto UL94 não propagante a chama, com capacidade para 2 (dois) conectores RJ-45 tipo keystone.



- 17.5.2. Deverá ser fornecida com 2 (duas) etiquetas brancas de identificação com tampa de proteção de acrílico, ícones coloridos para identificação de voz e/ou dados e fita dupla face para fixação.
- 17.6. **Item 1.6 - Caixa de Cabo UTP com 4 pares categoria 6 (rolo com 300m)**
- 17.6.1. Deverá ser construído com material revestimento PVC – cloreto de polivinila antichama, material condutor de cobre, bitola de 24 AWG, tipo condutor 4 pares, cor azul, padrão cabeamento UTP-6, características adicionais referência ANSI/TIA/EIA 568-A, aplicação rede de informática.
- 17.6.2. Deverá possuir comprimento mínimo de 300 (trezentos) metros e identificação impressa ao longo do corpo do cabo e marcação sequencial de comprimento, permitindo a identificação da metragem. Deverá possuir revestimento retardante à chama (CM).
- 17.6.3. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto “Cabo para Transmissão de Dados”.
- 17.7. **Item 1.7 - Caixa de Cabo UTP com 4 pares categoria 5e (rolo com 300m)**
- 17.7.1. Deverá ser construído com material revestimento PVC – cloreto de polivinila antichama, material condutor de cobre, bitola de 24 AWG, tipo condutor 4 pares, cor azul, padrão cabeamento UTP-5e, características adicionais referência ANSI/TIA/EIA 568-A, aplicação rede de informática.
- 17.7.2. Deverá possuir comprimento mínimo de 300 (trezentos) metros e identificação impressa ao longo do corpo do cabo e marcação sequencial de comprimento, permitindo a identificação da metragem. Deverá possuir revestimento retardante à chama (CM).
- 17.7.3. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto “Cabo para Transmissão de Dados”.
- 17.7.4. Similar à Caixa de Cabo UTP com 4 pares categoria 5e da marca MPT FIOS E CABOS ESPECIAIS S.A (Certificado de Homologação da ANATEL 02212-07-03221).
- 17.8. **Item 1.8 - Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 0,5 metro.**
- 17.8.1. Patch cord de **0,5 (meio) metro**.
- 17.8.2. Uso em manobra em armários de telecomunicações.
- 17.8.3. Confeccionado com cabo de cobre não blindado (UTP).
- 17.8.4. Capa isoladora na cor **azul**.
- 17.8.5. Categoria 6.
- 17.8.6. Extra flexível.
- 17.8.7. Com 4 pares trançados, conectorização no padrão EIA/TIA 568-A.
- 17.8.8. Boot de proteção no mesmo dimensional do plug RJ-45 nas duas extremidades (boot injetado).
- 17.8.9. Com condutores multifilares de 24 AWG, padrão CM ou superior.
- 17.8.10. Montado e testado em fábrica.
- 17.8.11. Embalado individualmente.
- 17.8.12. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto “Cabo de Manobra”.
- 17.8.13. Similar ao patch cord da marca Maxi Telecom, modelo MTC7160, fabricante é YFC-BON EAGLE ELECTRIC CO., LTD, Certificado de Homologação 00907-09-05258.
- 17.8.14. Montado em cabo do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen).



- 17.9. **Item 1.9 - Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 1,0 metro.**
- 17.9.1. Patch cord de **1 (um) metro**.
 - 17.9.2. Uso em manobra em armários de telecomunicações.
 - 17.9.3. Confeccionado com cabo de cobre não blindado (UTP).
 - 17.9.4. Capa isoladora na cor **azul**.
 - 17.9.5. Categoria 6.
 - 17.9.6. Extra flexível.
 - 17.9.7. Com 4 pares trançados, conectorização no padrão EIA/TIA 568-A.
 - 17.9.8. Boot de proteção no mesmo dimensional do plug RJ-45 nas duas extremidades (boot injetado).
 - 17.9.9. Com condutores multifilares de 24 AWG, padrão CM ou superior.
 - 17.9.10. Montado e testado em fábrica.
 - 17.9.11. Embalado individualmente.
 - 17.9.12. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto "Cabo de Manobra".
 - 17.9.13. Similar ao patch cord da marca Maxi Telecom, modelo MTC7160, fabricante é YFC-BON EAGLE ELECTRIC CO., LTD, Certificado de Homologação 00907-09-05258.
 - 17.9.14. Montado em cabo do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen).
- 17.10. **Item 1.10 - Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 1,5 metro.**
- 17.10.1. Patch cord de **1,5 (um e meio) metros**.
 - 17.10.2. Uso em manobra em armários de telecomunicações.
 - 17.10.3. Confeccionado com cabo de cobre não blindado (UTP).
 - 17.10.4. Capa isoladora na cor **azul**.
 - 17.10.5. Categoria 6.
 - 17.10.6. Extra flexível.
 - 17.10.7. Com 4 pares trançados, conectorização no padrão EIA/TIA 568-A.
 - 17.10.8. Boot de proteção no mesmo dimensional do plug RJ-45 nas duas extremidades (boot injetado).
 - 17.10.9. Com condutores multifilares de 24 AWG, padrão CM ou superior.
 - 17.10.10. Montado e testado em fábrica.
 - 17.10.11. Embalado individualmente.
 - 17.10.12. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto "Cabo de Manobra".
 - 17.10.13. Similar ao patch cord da marca Maxi Telecom, modelo MTC7160, fabricante é YFC-BON EAGLE ELECTRIC CO., LTD, Certificado de Homologação 00907-09-05258.
 - 17.10.14. Montado em cabo do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen).
- 17.11. **Item 1.11 - Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 2,5 metros.**
- 17.11.1. Patch cord de **2,5 (dois e meio) metros**.
 - 17.11.2. Uso em manobra em armários de telecomunicações.
 - 17.11.3. Confeccionado com cabo de cobre não blindado (UTP).
 - 17.11.4. Capa isoladora na cor **azul**.
 - 17.11.5. Categoria 6.
 - 17.11.6. Extra flexível.
 - 17.11.7. Com 4 pares trançados, conectorização no padrão EIA/TIA 568-A.



- 17.11.8. Boot de proteção no mesmo dimensional do plug RJ-45 nas duas extremidades (boot injetado).
- 17.11.9. Com condutores multifilares de 24 AWG, padrão CM ou superior.
- 17.11.10. Montado e testado em fábrica.
- 17.11.11. Embalado individualmente.
- 17.11.12. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto “Cabo de Manobra”.
- 17.11.13. Similar ao patch cord da marca Maxi Telecom, modelo MTC7160, fabricante é YFC-BON EAGLE ELECTRIC CO., LTD, Certificado de Homologação 00907-09-05258.
- 17.11.14. Montado em cabo do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen).
- 17.12. **Item 1.12 - Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 5 metros.**
 - 17.12.1. Patch cord de **5 (cinco) metros**.
 - 17.12.2. Uso em manobra em armários de telecomunicações.
 - 17.12.3. Confeccionado com cabo de cobre não blindado (UTP).
 - 17.12.4. Capa isoladora na cor **azul**.
 - 17.12.5. Categoria 6.
 - 17.12.6. Extra flexível.
 - 17.12.7. Com 4 pares trançados, conectorização no padrão EIA/TIA 568-A.
 - 17.12.8. Boot de proteção no mesmo dimensional do plug RJ-45 nas duas extremidades (boot injetado).
 - 17.12.9. Com condutores multifilares de 24 AWG, padrão CM ou superior.
 - 17.12.10. Montado e testado em fábrica.
 - 17.12.11. Embalado individualmente.
 - 17.12.12. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto “Cabo de Manobra”.
 - 17.12.13. Similar ao patch cord da marca Maxi Telecom, modelo MTC7160, fabricante é YFC-BON EAGLE ELECTRIC CO., LTD, Certificado de Homologação 00907-09-05258.
 - 17.12.14. Montado em cabo do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen).
- 17.13. **Item 1.13 - Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 10 metros.**
 - 17.13.1. Patch cord de **10 (dez) metros**.
 - 17.13.2. Uso em manobra em armários de telecomunicações.
 - 17.13.3. Confeccionado com cabo de cobre não blindado (UTP).
 - 17.13.4. Capa isoladora na cor **azul**.
 - 17.13.5. Categoria 6.
 - 17.13.6. Extra flexível.
 - 17.13.7. Com 4 pares trançados, conectorização no padrão EIA/TIA 568-A.
 - 17.13.8. Boot de proteção no mesmo dimensional do plug RJ-45 nas duas extremidades (boot injetado).
 - 17.13.9. Com condutores multifilares de 24 AWG, padrão CM ou superior.
 - 17.13.10. Montado e testado em fábrica.
 - 17.13.11. Embalado individualmente.
 - 17.13.12. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto “Cabo de Manobra”.
 - 17.13.13. Similar ao patch cord da marca Maxi Telecom, modelo MTC7160, fabricante é YFC-BON EAGLE ELECTRIC CO., LTD, Certificado de Homologação 00907-09-05258.
 - 17.13.14. Montado em cabo do tipo LSZH (Low Smoke Zero Halogen).



- 17.14. **Item 1.14 - Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 1,5 metro.**
- 17.14.1. Deverá ser entregue conjunto montado em fábrica constituído de cabo de fibra óptica, do tipo multimodo duplex, com diâmetro de núcleo 50 µm/125µm, com comprimento nominal de 1,5 (hum e meio) metro e conectores LC/LC (em ambas as pontas).
- 17.14.2. Deverá ser fornecido em embalagem individual transparente com etiqueta de identificação.
- 17.14.3. Deverá atender as normas técnicas ANSI EIA/TIA 568-C.3.
- 17.14.4. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto "Conector de Fibra Óptica".
- 17.14.5. Similar ao Cordão Óptico da marca FIBRACEM TELEINFORMATICA LTDA (Certificado de Homologação da ANATEL 01474-06-02220).
- 17.15. **Item 1.15 - Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 2,5 metros.**
- 17.15.1. Deverá ser entregue conjunto montado em fábrica constituído de cabo de fibra óptica, do tipo multimodo duplex, com diâmetro de núcleo 50 µm/125µm, com comprimento nominal de 2,5 (dois e meio) metros e conectores LC/LC (em ambas as pontas).
- 17.15.2. Deverá ser fornecido em embalagem individual transparente com etiqueta de identificação.
- 17.15.3. Deverá atender as normas técnicas ANSI EIA/TIA 568-C.3.
- 17.15.4. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto "Conector de Fibra Óptica".
- 17.15.5. Similar ao Cordão Óptico da marca FIBRACEM TELEINFORMATICA LTDA (Certificado de Homologação da ANATEL 01474-06-02220).
- 17.16. **Item 1.16 - Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 4 metros.**
- 17.16.1. Deverá ser entregue conjunto montado em fábrica constituído de cabo de fibra óptica, do tipo multimodo duplex, com diâmetro de núcleo 50 µm/125µm, com comprimento nominal de 4 (quatro) metros e conectores LC/LC (em ambas as pontas).
- 17.16.2. Deverá ser fornecido em embalagem individual transparente com etiqueta de identificação.
- 17.16.3. Deverá atender as normas técnicas ANSI EIA/TIA 568-C.3.
- 17.16.4. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto "Conector de Fibra Óptica".
- 17.16.5. Similar ao Cordão Óptico da marca FIBRACEM TELEINFORMATICA LTDA (Certificado de Homologação da ANATEL 01474-06-02220).
- 17.17. **Item 1.17 - Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 5 metros.**
- 17.17.1. Deverá ser entregue conjunto montado em fábrica constituído de cabo de fibra óptica, do tipo multimodo duplex, com diâmetro de núcleo 50 µm/125µm, com comprimento nominal de 5 (cinco) metros e conectores LC/LC (em ambas as pontas).
- 17.17.2. Deverá ser fornecido em embalagem individual transparente com etiqueta de identificação.
- 17.17.3. Deverá atender as normas técnicas ANSI EIA/TIA 568-C.3.
- 17.17.4. Deverá possuir certificado de homologação ANATEL, dentro da validade, como tipo de produto "Conector de Fibra Óptica".
- 17.17.5. Similar ao Cordão Óptico da marca FIBRACEM TELEINFORMATICA LTDA (Certificado de Homologação da ANATEL 01474-06-02220).



- 17.18. **Item 1.18 - Velcro cor preta para fixação de cabos**
- 17.18.1. Deverá possuir as seguintes características:
- 17.18.1.1. Dupla face de, no mínimo, 2 cm.
- 17.18.1.2. Comprimento de 3 metros (rolo).
- 17.18.1.3. Destinado ao uso em cabeamento de rede de dados.
- 17.19. **Item 1.19 - Acoplador de fibra óptica padrão LC/upc – SC/upc.**
- 17.20. **Item 1.20 - Caneta Testadora de continuidade para cabo de fibra óptica**
- 17.20.1. Deverá possuir:
- 17.20.1.1. Tipo de laser: Fp-Ld;
- 17.20.1.2. Comprimento de onda (nm): 650 ± 10 ;
- 17.20.1.3. Potência de saída: (mW) 10;
- 17.20.1.4. Faixa do LASER (Km): 10 a 12;
- 17.20.1.5. Modalidade de Trabalho: Modulação onda contínua (CW) ou pulsada;
- 17.20.1.6. Alcance do LASER: 10 a 12 Km; -
- 17.20.1.7. Saída conector de 2,5 mm adaptador universal;
- 17.21. **Item 1.21 - Localizador de cabos do tipo Zumbidor**
- 17.21.1. Localizador de cabo de rede (UTP 4 pares) e de cabos de telefonia. Deve permitir a fácil identificação de cabos sem a necessidade de retirar a capa ou isolamento dos fios.
- 17.21.2. Deverá ser composto de um gerador de tom e uma ponteira indutiva (sonda localizadora), ou seja, um kit localizador de cabos composto de um emissor e um receptor para análise e continuidade de fios e cabos.
- 17.21.3. Deverá apresentar LED indicador da força do sinal, de teste e de status.
- 17.21.4. Deverá apresentar botão que permita ajustar o volume do som do aparelho.
- 17.21.5. Deverá possuir entrada para a conexão de fone de ouvido.
- 17.21.6. Deverá possuir conector RJ45 fêmea tanto no módulo transmissor quanto no módulo receptor. Deverá possuir conector RJ11 fêmea em um dos módulos.
- 17.21.7. Deverá possuir LEDs indicadores da sequência dos 8(oito) fios do cabo UTP tanto no módulo transmissor quanto no módulo receptor.
- 17.21.8. Deverá vir acompanhado de estojo de proteção com os seguintes acessórios:
- 17.21.8.1. 2 baterias não recarregáveis, do tipo alcalina, de 9V.
- 17.21.8.2. Cabo com conector RJ11 (ou RJ45) macho e conectores do tipo "jacaré";
- 17.21.8.3. Cabo UTP com conectores RJ45 macho nas duas extremidades.
- 17.21.9. A alimentação deverá ser mediante bateria de 9 Volts.
- 17.21.10. Possuir chave seletora de função que permita desligar o aparelho, ativar/desativar a geração de tom e ativar/desativar o teste de continuidade.
- 17.21.11. Permitir a realização dos seguintes testes:
- 17.21.11.1. Teste de curto circuito.
- 17.21.11.2. Localização de cabos.
- 17.21.11.3. Teste de polaridade e intensidade.
- 17.21.11.4. Verificação do status da bateria.
- 17.21.12. Similar ao modelo Multitoc TX1500.
- 17.22. **Item 1.22 - Fonte Injetor PoE Ativo Gigabit Ethernet**
- 17.22.1. Deverá possuir as seguintes características:
- 17.22.1.1. 1 porta LAN Gigabit Ethernet para entrada de dados.
- 17.22.1.2. 1 porta PoE Gigabit Ethernet para saída de dados e alimentação.



- 17.22.1.3. Permitir alcance de até 100 (cem) metros com apenas um cabo de rede.
 - 17.22.1.4. Permitir instalação Plug and Play.
 - 17.22.1.5. Ser compatível com os padrões IEEE 802.3u, 802.3ab, e 802.3af e 802.3at.
 - 17.22.1.6. Deverá ser fornecido cabo de alimentação que viabilize o uso do referido equipamento e deverá ser compatível com tensão de entrada de 100 (cem) a 240 (duzentos e quarenta) VAC e frequência de 50/60 Hz.
 - 17.22.1.7. Deverá fornecer potência da porta POE de 30 Watts.
 - 17.22.1.8. Deverá fornecer tensão de saída de 51 VDC e corrente de 600 mA.
 - 17.22.1.9. As funcionalidades de fonte de alimentação e injetor PoE deverão ser providas por um único equipamento. Desta forma, não serão admitidos dispositivos externos adicionais para executar quaisquer das funcionalidades descritas neste item.
 - 17.22.1.10. A LICITANTE deverá indicar em sua proposta comercial o site oficial WEB do fabricante da Fonte Injetor PoE Ativo Gigabit Ethernet. O referido site deverá oferecer para download ou consulta as especificações técnicas do produto.
 - 17.22.1.11. Similar ao injetor Intelbrás [POE 200 AT](#).
- 17.23. **Item 1.23 - Cabo DAC HUAWEI part number N° [SFP+10G-CU1M](#)**
- 17.23.1. Deverá possuir 1 metro de comprimento.
 - 17.23.2. Deverá apresentar em ambas as pontas conectores do tipo SFP+.
 - 17.23.3. Deverá ser plenamente compatível com Switch Huawei CloudEngine S5735-L48T4X-A1.
 - 17.23.4. Deverá obrigatoriamente constar da lista de acessórios oficial indicada pelo fabricante HUAWEI e, ao realizar a sua instalação no Switch Huawei modelo CloudEngine S5735-L48T4X-A1, ele deverá ser plenamente reconhecido e não gerar quaisquer alarmes alertando por não ser suportado pela plataforma do referido fabricante.
- 17.24. **Cabo console adaptador de Serial (RS-232) com plug macho RJ 45 para USB macho tipo A**
- 17.24.1. Deverá possuir 1 (uma) interface serial com plugue RJ45 macho e 1 (uma) interface USB 2.0 macho tipo A.
 - 17.24.2. Somente será aceito cabo que utilize o chipset da marca FTDI (FT232 ou superior) uma vez que apenas cabos com este chipset são reconhecidos pelos Access Points Cisco AIRCAP2602I-TK9BR e roteadores Cisco.
 - 17.24.3. Comprimento mínimo de 1 metro.
 - 17.24.4. Similar ao cabo console AWM 20251.
- 17.25. **Item 1.26 - Mini Switch não gerenciável**
- 17.25.1. Switch com, no mínimo, 8(oito) portas 10/100Mbps com negociação automática de velocidade.
 - 17.25.2. Acompanhado de fonte de alimentação que suporte a tensão de alimentação 127 VAC.
 - 17.25.3. Deverá possuir a funcionalidade Auto MDI/MDIX CrossOver, nas quais todas as portas suportam MDI / MDIX, eliminando a necessidade de cabos crossover ou portas de uplink.
 - 17.25.4. Deverá suportar a conexão diretamente a um roteador, hub, servidor ou switch usando cabos Ethernet de par trançado.



- 17.25.5. Similar ao DLINK DES-1008C e TENDA S-108.
- 17.26. Os modelos indicados como similares dentre os itens 17.1 a 17.25 são apenas referência e são exemplos de materiais que atendem integralmente às especificações técnicas dos respectivos itens pelo fato de apresentarem características técnicas iguais ou superiores às exigidas nas especificações técnicas deste Termo de Referência.

18. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

- 18.1. A CONTRATADA deverá realizar a entrega no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA.
- 18.1.1. O material deverá ser entregue acompanhado do respectivo documento fiscal (nota fiscal).

19. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 19.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução desta contratação:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Entrega da Nota de Empenho	-
02	Entrega dos itens	Em até 20 (vinte) dias corridos a partir do primeiro dia útil seguinte à data de recebimento da Nota de Empenho. O bem deverá ser entregue acompanhado do respectivo documento fiscal (nota fiscal), conforme item 18.1.
03	Emissão do Termo de Recebimento Provisório	Ocorrerá no ato da entrega dos bens no Almoxarifado (item 27.1.1)
04	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo	O recebimento definitivo (atesto) dar-se-á em até 2 (dois) dias contados a partir do primeiro dia útil seguinte à data do recebimento provisório (item 27.1.2).

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 20.1. Efetuar o acompanhamento e fiscalização do contrato.
- 20.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA necessários ao fornecimento dos bens contratados.
- 20.3. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- 20.4. Cumprir as obrigações da CONTRATANTE contidas no edital e seus anexos.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 21.1. Cumprir todas as obrigações da CONTRATADA descritas no edital e seus Anexos.
- 21.2. Cumprir os deveres, atinentes aos fornecedores de bens, descritos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

22. DOS PAPEIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 22.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato;
- 22.2. Fiscal Requisitante do Contrato: servidor representante da Área Requisitante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;



- 22.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 22.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 22.5. Preposto: funcionário representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

23. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 23.1. As solicitações de fornecimento de material serão feitas de acordo com as necessidades e conveniências da CONTRATANTE, mediante emissão de Termo de Contrato, em de acordo com o Edital.

24. DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE)

- 24.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE um número telefônico e um endereço de correio eletrônico válido para o registro de chamados referente à troca de materiais na eventual constatação de problemas relacionados a desconformidade no atendimento às especificações técnicas do edital decorrentes de vícios ocultos associados aos materiais fornecidos.
- 24.2. Os registros dos chamados deverão conter todas as informações relativas ao chamado aberto.
- 24.3. O prazo máximo para o início do atendimento técnico é de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à solicitação, formalizada mediante mensagem eletrônica.
- 24.4. A CONTRATADA deverá efetuar a substituição dos materiais por outros que apresentem característica técnicas iguais ou superiores às exigidas no edital no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à abertura da solicitação pela CONTRATANTE.
- 24.5. O atendimento realizado pela CONTRATADA deverá observar o horário de funcionamento da CONTRATANTE que, atualmente, é de 11 às 19 horas, de segunda à sexta-feira.

25. APLICAÇÃO DE GLOSAS

- 25.1. A presente contratação apresenta itens de pronta entrega não sendo possível a estipulação de glosas tendo em vista que o pagamento integral do objeto é efetivado após o recebimento definitivo.
- 25.2. Eventuais descumprimentos contratuais serão tratados mediante a aplicação de penalidades e sanções administrativas.

26. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA

- 26.1. A comunicação entre o representante da CONTRATANTE e a CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico e outras especificadas no edital.

27. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO



- 27.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido mediante termo detalhado, assinado pelas partes, da seguinte forma:
- 27.1.1. Provisoriamente - De forma sumária, mediante recibo apostado no documento fiscal, pelo Fiscal Técnico, imediatamente após efetuada a entrega do material para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.
- 27.1.2. Definitivamente - Pelo gestor do Contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;
- 27.1.2.1. O atesto será lavrado na mesma data do "recebimento definitivo", compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas."
- 27.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.
- 27.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da CONTRATADA em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no **prazo de 10 (dez) dias**, contados do primeiro dia útil seguinte à solicitação da CONTRATANTE, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 27.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990.
- 27.5. A Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato"

28. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 28.1. O pagamento será efetuado após a entrega dos materiais, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos).
- 28.1.1. para valor inferior ou igual ao estabelecido no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em até **05 (cinco) dias úteis**, a contar da emissão de termo detalhado pelo gestor do Contrato.
- 28.1.2. para valor superior ao estabelecido no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em até **10 (dez) dias úteis**, a contar da emissão de termo detalhado pelo gestor do Contrato, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 c/c Decreto nº 11.317/2022.
- 28.1.3. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;



- 28.1.4. Para fins do disposto no item 28.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 28.2. O documento fiscal deverá acompanhar os produtos quando estes forem entregues nos seguintes endereços:
- 28.2.1. CONTRATANTE: Tribunal Regional Federal da 2ª Região
Seção de Almoxarifado/Divisão de Patrimônio e Almoxarifado - SALMOX
Local de entrega: Rua do Acre nº 80, 3º andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21)2282-8264 e (21)2282-8234 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone)
E-mail: salmox@trf2.jus.br
Horário: das 12 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.
- 28.2.2. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau no Rio de Janeiro
Seção de Almoxarifado
Local de entrega: Rua Equador nº 613 – Santo Cristo - Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21)3218-6612/ (21)3218-6613 (a entrega deverá ser agendada por meio desse telefone)
Horário: das 11 às 17 horas, de 2ª a 6ª feira, exceto feriados e pontos facultativos.
E-mail: tssealm@jfrj.jus.br
- 28.3. A CONTRATADA que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;
- 28.4. A CONTRATADA optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações estipuladas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015;
- 28.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;
- 28.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 28.6. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 28.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 28.7. No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a CONTRATADA não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 28.7.1. Para fins de identificação da situação prevista no item 28.7, a CONTRATADA deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

29. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 29.1. A CONTRATANTE nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato;
- 29.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:



- 29.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;
- 29.2.2. Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;
- 29.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados;
- 29.3. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 29.4. A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados;
- 29.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização da CONTRATANTE serão comunicadas por escrito à CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.

30. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 30.1. Tendo em vista que se trata puramente da aquisição de material de consumo não se aplica transferência de conhecimento neste caso.

31. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 31.1. A execução do contrato não gerará produtos para os quais possam ser reivindicados direitos de propriedade intelectual ou autoral.

32. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 32.1. Tendo em vista que se trata puramente da aquisição de material de consumo, não se aplica a exigência de qualificação técnica de profissionais neste caso.

33. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 33.1. Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a LICITANTE ou a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:
 - 33.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 33.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 33.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 33.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 33.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 33.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 33.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 33.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
 - 33.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 33.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 33.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
 - 33.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



- 33.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 33.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 33.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 33.1.2, 33.1.3, 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6 e 33.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 33.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 33.1.8, 33.1.9, 33.1.10, 33.1.11 e 33.1.12 acima, bem como nos subitens 33.1.2, 33.1.3, 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6 e 33.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 33.2.2.
- 33.2.3.1. Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 33.2.4. **Multa:**
- 33.2.4.1. Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a CONTRATADA estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.
- 33.2.4.2. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 33.2.4.3. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 33.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.
- 33.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 33.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- 33.4.2. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;
- 33.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;
- 33.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 33.4.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, conforme previsão em normativo interno da CONTRATANTE, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.



- 33.4.6. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.
- 33.4.7. Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições estabelecidas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
- 33.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 33.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 33.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 33.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 33.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 33.6.4. os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
- 33.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 33.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 33.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 33.9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 33.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.
- 33.11. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à CONTRATADA, na forma da lei.
- 33.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

34. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

- 34.1. A garantia será aplicada conforme Código de Defesa do Consumidor, salvo se os fabricantes dos materiais requisitados fornecerem garantia superior àquela estabelecida.

35. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 35.1. Conforme Anexo I-3.

36. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

- 36.1. As despesas decorrentes da aquisição dos equipamentos, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme Anexo I-4.



37. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 37.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente da CONTRATANTE;
- 37.2. São vedadas a divulgação, a reprodução ou a utilização de quaisquer informações, a qualquer título, exceto quando previamente autorizadas;
- 37.3. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES.
 - 37.3.1. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.



38. APROVAÇÃO E ASSINATURA

38.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2022/00147, de 1 de abril de 2022.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Diego Lopes Gomes (titular) Matrícula: 12081	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) Matrícula: 12049	Leonardo Pastro Vieira (titular) Matrícula: 11795
Flávio da Silva Santos (suplente) Matrícula: 12082	Marcus Vinicius do Patrocínio Azevedo (suplente) Matrícula: 11728	Miguel Angelo Ferreira da Costa (suplente) Matrícula: 12152
AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)		
ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA Matrícula: 11066		



ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Processo Administrativo nº [TRF2-EOF-2022/00105 \(TRF2-DOD-2022/0027\)](#)

Material de consumo para a manutenção da infraestrutura da rede de dados

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Fase*	Autor
26/04/2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento.	PCTIC	Carlos Alberto Caldas da Silva
21/08/2023	2.0	Revisão do documento após análise jurídica.	PCTIC	Carlos Alberto Caldas da Silva
XX/XX/20XX	XX	<Descrição>	<fase>	XXXXXXXXXXXX
XX/XX/20XX	XX	<Descrição>	<fase>	XXXXXXXXXXXX

*Fase: Registro da fase do processo de contratação da solução de TIC relacionada à criação/alteração da Análise de Riscos:

PCTIC – Planejamento da Contratação;

SFTIC – Seleção de Fornecedores;

GCTIC – Gestão do Contrato.



ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (CONTINUAÇÃO)

Análise de Riscos

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Neste Mapa de Gerenciamento de Riscos serão utilizados parâmetros escalares para representar os níveis de probabilidade e impacto que, após a multiplicação, resultarão nos níveis de risco, que direcionarão as ações relacionadas aos riscos durante as fases de contratação (planejamento, seleção de fornecedor e gestão do contrato).

Classificação	Valor
Muito Baixo	1
Baixo	2
Médio	3
Alto	4
Muito Alto	5

Tabela 1: Escala de classificação de probabilidade e impacto.

A Tabela 1 apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento de apoio para a definição dos critérios de classificação do nível de risco.

		Matriz de exposição aos riscos				
		Impacto				
Probabilidade	5	5	10	15	20	25
	4	4	8	12	16	20
	3	3	6	9	12	15
	2	2	4	6	8	10
	1	1	2	3	4	5

Figura 1: Matriz de exposição aos riscos (probabilidade x impacto)

A matriz de exposição aos riscos é utilizada para o estabelecimento de diretrizes de tratamento de riscos.

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da matriz de exposição aos riscos.

Nível de Risco da Matriz de Exposição aos Riscos	Observação
Verde	$1 \leq (P \times I) \leq 2$ - Nível de risco baixo. Admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.
Amarela	$3 \leq (P \times I) \leq 12$ - Nível de risco médio. Admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.
Vermelha	$15 \leq (P \times I) \leq 20$ - Nível de risco alto. Devem ser adotadas obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.
Roxa	$(P \times I) \geq 25$ - Nível de risco muito alto. Devem ser adotadas obrigatoriamente as medidas preventivas previstas.

O gerenciamento de riscos deve ser realizado em harmonia com a Política de Gestão de Riscos do órgão.



ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (CONTINUAÇÃO)

2 – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RISCOS

A tabela a seguir apresenta uma síntese dos riscos identificados e classificados neste documento.

Id	Risco	Relacionado ao(à): ¹	P ²	I ³	Nível de Risco (P x I) ⁴
R01	Licitação deserta ou fracassa	Planejamento da Contratação	2	2	4
R02	Licitação impugnada	Planejamento da Contratação	2	2	4
R03	Atraso no trâmite do processo de contratação	Planejamento da Contratação	2	2	4
R04	Indisponibilidade de recursos orçamentários	Planejamento da Contratação	2	2	4
R05	Estabelecimento de critérios que limitem a competição	Planejamento da Contratação	2	2	4
R06	Pesquisa de preço distante da realidade de mercado em função de alta variação cambial	Seleção do Fornecedor	2	2	4
R07	Atraso na entrega do bem	Gestão Contratual	2	2	4
R08	O material entregue apresentar defeito após o período de garantia contratual.	Gestão Contratual e Solução Tecnológica	2	2	4

Legenda: P – Probabilidade; I – Impacto.

¹ A qual natureza o risco está associado: fases do Processo da Contratação ou Solução Tecnológica.

² Probabilidade: chance de algo acontecer, não importando se definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos (ISO/IEC 31000).

³ Impacto: resultado de um evento que afeta os objetivos (ISO/IEC 31000:2009).

⁴ Nível de Risco: magnitude de um risco ou combinação de riscos, expressa em termos da combinação das consequências e de suas probabilidades (ISO/IEC 31000:2009).



ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (CONTINUAÇÃO)

3 – AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Risco R01	Risco:	Licitação deserta ou fracassada	
	Probabilidade:	2 (Baixo)	
	Impacto:	2 (Baixo)	
	Dano 1:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar manutenção em eventual falha na infraestrutura física de rede de dados.	
	Dano 2:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar remanejamentos de ponto de rede.	
	Dano 3:	Impossibilidade, em médio prazo, de instalar novos pontos de rede.	
	Dano 4:	Impossibilidade, em médio prazo, de assegurar a organização e identificação do sistema de cabeamento de rede de dados.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Elaborar Termo de Referência bem fundamentado.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
Risco R02	P02	Efetuar ampla pesquisa de preços e análise de mercado em busca do maior número possível de concorrentes.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Ajustar o Termo de Referência	Equipe de Planejamento da Contratação
	Risco:	Licitação impugnada	
	Probabilidade:	2 (Baixo)	
	Impacto:	2 (Baixo)	
	Dano 1:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar manutenção em eventual falha na infraestrutura física de rede de dados.	
	Dano 2:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar remanejamentos de ponto de rede.	
	Dano 3:	Impossibilidade, em médio prazo, de instalar novos pontos de rede.	
	Dano 4:	Impossibilidade, em médio prazo, de assegurar a organização e identificação do sistema de cabeamento de rede de dados.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Elaborar artefatos e Termo de Referência bem fundamentados de modo a dar a devida justificativa aos possíveis questionamentos,	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Ajustar o Termo de Referência e realizar nova licitação.	Equipe de Planejamento da Contratação



ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (CONTINUAÇÃO)

Risco R03	Risco:	Atraso no trâmite do processo de contratação	
	Probabilidade:	2 (Baixo)	
	Impacto:	2 (Baixo)	
	Dano 1:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar manutenção em eventual falha na infraestrutura física de rede de dados.	
	Dano 2:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar remanejamentos de ponto de rede.	
	Dano 3:	Impossibilidade, em médio prazo, de instalar novos pontos de rede.	
	Dano 4:	Impossibilidade, em médio prazo, de assegurar a organização e identificação do sistema de cabeamento de rede de dados.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Executar as ações pertinentes às suas respectivas unidades em prazos viáveis e compatíveis com os da contratação em tela	COOCON/AJUR/COLICI
Risco R04	P02	Acompanhar tramitação processual e solicitar prioridade à Administração.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	P03	Elaborar artefatos e Termo de Referência bem fundamentados de modo a dar a devida justificativa aos possíveis questionamentos,	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Solicitar urgência na tramitação.	Equipe de Planejamento da Contratação
	Risco:	Indisponibilidade de recursos orçamentários	
	Probabilidade:	2 (Baixo)	
	Impacto:	2 (Baixo)	
	Dano 1:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar manutenção em eventual falha na infraestrutura física de rede de dados.	
	Dano 2:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar remanejamentos de ponto de rede.	
	Dano 3:	Impossibilidade, em médio prazo, de instalar novos pontos de rede.	
	Dano 4:	Impossibilidade, em médio prazo, de assegurar a organização e identificação do sistema de cabeamento de rede de dados.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Prever a referida contratação no PCTI do respectivo exercício financeiro.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	P02	Contratar por ata de registro de preços	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Solicitar transferência de recursos de outro programa.	STI
	C02	Solicitar crédito suplementar.	STI
	C03	Remanejar recurso priorizando a contratação.	STI



ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (CONTINUAÇÃO)

Risco R05	Risco:	Estabelecimento de critérios que limitem a competição	
	Probabilidade:	2 (Baixo)	
	Impacto:	2 (Baixo)	
	Dano 1:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar manutenção em eventual falha na infraestrutura física de rede de dados.	
	Dano 2:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar remanejamentos de ponto de rede.	
	Dano 3:	Impossibilidade, em médio prazo, de instalar novos pontos de rede.	
	Dano 4:	Impossibilidade, em médio prazo, de assegurar a organização e identificação do sistema de cabeamento de rede de dados.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Verificar se os requisitos estabelecidos são atendidos por quantidade razoável de concorrentes que supostamente atendem à necessidade da contratação. Se o número for considerado restrito, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou redução desses requisitos.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
Risco R06	P02	Caso os requisitos que limitem a concorrência sejam indispensáveis deve-se elaborar estudo que comprove a necessidade dos mesmos e os possíveis riscos de flexibilizá-los ou abdicar deles.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	P03	Em caso de poucos concorrentes ou apenas um concorrente, elaborar pesquisa de preço buscando preços anteriormente praticados pelo(s) fornecedor(es) para o mesmo objeto em contratos realizados junto a outros órgãos da Administração Pública.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Revogar a licitação e elaborar novo Termo de Referência.	COLICI/ Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	Risco:	Pesquisa de preço distante da realidade de mercado em função de alta variação cambial	
	Probabilidade:	2 (Baixo)	
	Impacto:	2 (Baixo)	
	Dano 1:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar manutenção em eventual falha na infraestrutura física de rede de dados.	
	Dano 2:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar remanejamentos de ponto de rede.	
	Dano 3:	Impossibilidade, em médio prazo, de instalar novos pontos de rede.	
	Dano 4:	Impossibilidade, em médio prazo, de assegurar a organização e identificação do sistema de cabeamento de rede de dados.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Levantar orçamentos atualizados com os fornecedores ou licitações mais compatíveis com a atual taxa cambial.	Equipe responsável pela pesquisa de preços
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Realizar nova licitação a partir de nova pesquisa de preços.	COLICI



ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (CONTINUAÇÃO)

Risco R07	Risco:	Atraso na entrega do bem	
	Probabilidade:	2 (Baixo)	
	Impacto:	2 (Baixo)	
	Dano 1:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar manutenção em eventual falha na infraestrutura física de rede de dados.	
	Dano 2:	Impossibilidade, em médio prazo, de realizar remanejamentos de ponto de rede.	
	Dano 3:	Impossibilidade, em médio prazo, de instalar novos pontos de rede.	
	Dano 4:	Impossibilidade, em médio prazo, de assegurar a organização e identificação do sistema de cabeamento de rede de dados.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Realizar pesquisa de mercado prévia, de maneira que os prazos constantes do Termo de Referência sejam exequíveis com a realidade do mercado de telecomunicações.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	P02	Contatar a CONTRATADA, antes do fim do prazo, para dirimir dúvidas sobre a entrega do produto.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Paralisar provisoriamente a execução de determinada instalação	Equipe de Fiscalização da Contratação
	C02	Realizar intimação objetivando a solução dos problemas / Aplicação de penalidades	Equipe de Fiscalização da Contratação / AJUR
	C03	Iniciar novo planejamento da contratação objetivando a substituição do referido contrato	COLICI / Equipe de Planejamento da Contratação
Risco R08	Risco:	O material entregue apresentar defeito após o período de garantia contratual.	
	Probabilidade:	2 (Baixo)	
	Impacto:	2 (Baixo)	
	Dano 1:	Indisponibilidade de rede temporária para os usuários que estiverem fazendo uso dos itens defeituosos.	
	Tratamento:	Mitigar.	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	P01	Elaborar Termo de Referência de maneira mais criteriosa possível, dentro da legalidade permitida.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	P02	Possuir continuamente Atas de RP vigentes dos referidos itens, de maneira que seja possível realizar pedidos de fornecimento de material sempre que necessário.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	P03	Prever itens de reserva técnica nos sites de interesse da CONTRATANTE para viabilizar a rápida substituição.	Área Requisitante / Equipe de Planejamento da Contratação
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	C01	Instalar item de reserva técnica outrora distribuído nos sites de interesse da CONTRATANTE com o fito de viabilizar a rápida substituição do item defeituoso.	Equipe de Fiscalização da Contratação



ANEXO I-1: MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (CONTINUAÇÃO)

4 – ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE TRATAMENTO DE RISCOS

Data	Id. Risco	Id. Ação	Registro e acompanhamento das ações de tratamento dos riscos
18/04/2023	R01a R08	P01, P02, P03 e P04	Os Integrantes Requisitantes e Integrantes Técnicos se reuniram em 18/04/2023 e deliberaram sobre as ações preventivas referente aos riscos elencados e as atualizações que devem ser realizadas no Termo de Referência em relação à última contratação (Edital do Pregão Eletrônico 44/2021 – Processo Administrativo TRF2-EOF-2021/00039) para mitigá-los.
18/04/2023	R01a R08	P01 e P02	Os Integrantes Requisitantes e Integrantes Técnicos se reuniram em 18/04/2023 e deliberaram sobre a eventual realização de pesquisa de contratações similares de outros órgãos públicos (Connect-jus e COMPRASNET) com o intuito de realizar o levantamento de requisitos técnicos mais atuais.

5 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

Conforme § 5º do art. 38 da IN SGD/ME nº 1 de 2019, a Análise de Riscos deve ser assinada pela Equipe de Planejamento da Contratação, nas fases de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedores, e pela Equipe de Fiscalização do Contrato, na fase de Gestão do Contrato.

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela **Portaria nº TRF2-PSG-2022/00147, de 1 de abril de 2022**.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2023.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Diego Lopes Gomes (titular) Matrícula: 12081	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) Matrícula: 12049	Leonardo Pastro Vieira (titular) Matrícula: 11795
Flávio da Silva Santos (suplente) Matrícula: 12082	Marcus Vinicius do Patrocínio Azevedo (suplente) Matrícula: 11728	Miguel Angelo Ferreira da Costa (suplente) Matrícula: 12152

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)

ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA
Matrícula: 11066



ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (CONTINUAÇÃO)

INTRODUÇÃO	
O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.	
1 – DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS	
1.1 - Identificação das necessidades de negócio	
1.1.1	Conforme item 5.1 do Anexo I.
1.2 - Identificação das necessidades tecnológicas	
1.2.1	Disponibilidade da rede de dados
1.2.1.1	Os materiais que serão objeto da presente contratação são insumos indispensáveis para a execução de procedimentos necessários à manutenção da rede de dados.
1.3- Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC	
1.3.1	Capacitação
1.3.1.1	Conforme item 32 do Anexo I.
1.3.2	Requisitos Legais
1.3.2.1	Conforme item 15 do Anexo I.
1.3.3	Requisitos de Manutenção
1.3.3.1	Conforme itens 24.1 e 24.5 do Anexo I.
2 – ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS	
2.1	Conforme item 7 do Anexo I.
3 – ANÁLISE DE SOLUÇÕES POSSÍVEIS	
Conforme item 9 do Anexo I.	
3.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES	
3.1.1	Conforme item 9 do Anexo I.
3.2 – ANÁLISE COMPARATIVA DAS SOLUÇÕES	
3.2.1	Não se aplica.



ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (CONTINUAÇÃO)

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 1			X
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 1			X
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 1			X
A Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)	Solução 1			X

3.3 – PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

3.3.1 | Conforme Anexo I-3.

4 – REGISTRO DAS SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

4.1 | Não se aplica.

5 – ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

5.1 | Não se aplica.

5.2 – MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

5.2.1 | Não se aplica.

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA

6.1 | Conforme item 8 do Anexo I.

7 – ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

7.1 | Conforme Anexo I-3.



ANEXO I-2: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (CONTINUAÇÃO)

8 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	
8.2	Os benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade constam do item 4.1 do Anexo I.

9 – APROVAÇÃO E ASSINATURA
<p>A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2022/00147, de 1 de abril de 2022.</p> <p>Conforme o § 2º do Art. 11 da IN SGD/ME nº 01 de 2019, o Estudo Técnico Preliminar deverá ser aprovado e assinado pelos Integrantes Técnicos e Requisitantes e pela autoridade máxima da área de TIC:</p>

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Diego Lopes Gomes (titular) Matrícula: 12081	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) Matrícula: 12049	Leonardo Pastro Vieira (titular) Matrícula: 11795
Flávio da Silva Santos (suplente) Matrícula: 12082	Marcus Vinicius do Patrocínio Azevedo (suplente) Matrícula: 11728	Miguel Angelo Ferreira da Costa (suplente) Matrícula: 12152
AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)		
ANA LUISA CARNEIRO DA SILVA Matrícula: 11066		



Anexo I-3 – Estimativas de Preços da Contratação

Item	Discriminação	Qty	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
1.1	Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 vias, categoria 6	2000	R\$ 44,80	R\$ 89.600,00
1.2	Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 vias, categoria 5e	2000	R\$ 19,02	R\$ 38.040,00
1.3	Conectores RJ-45 macho de 8 vias, categoria 6	2000	R\$ 9,83	R\$ 19.660,00
1.4	Conectores RJ-45 macho de 8 vias, categoria 5e	2000	R\$ 4,40	R\$ 8.800,00
1.5	Caixa de sobrepor dupla para keystone RJ-45	600	R\$ 11,82	R\$ 7.092,00
1.6	Caixa de Cabo UTP com 4 pares categoria 6 (rolo com 300m)	80	R\$ 1.173,16	R\$ 93.852,80
1.7	Caixa de Cabo UTP com 4 pares categoria 5e (rolo com 300m)	80	R\$ 994,05	R\$ 79.524,00
1.8	Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 0,5 metro	500	R\$ 42,73	R\$ 21.365,00
1.9	Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 1,0 metro	500	R\$ 45,17	R\$ 22.585,00
1.10	Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 1,5 metro	800	R\$ 46,37	R\$ 37.096,00
1.11	Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 2,5 metros	300	R\$ 53,84	R\$ 16.152,00
1.12	Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 5 metros	50	R\$ 111,17	R\$ 5.558,50
1.13	Patch Cord UTP, categoria 6, certificado e testado, com conector injetado, 10 metros	50	R\$ 147,92	R\$ 7.396,00
1.14	Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 1,5 metros	400	R\$ 142,82	R\$ 57.128,00
1.15	Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 2,5 metros	400	R\$ 131,73	R\$ 52.692,00
1.16	Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 4 metros	400	R\$ 167,27	R\$ 66.908,00
1.17	Cordão óptico duplex multimodo OM3, comprimento de 5 metros	400	R\$ 167,87	R\$ 67.148,00
1.18	Velcro cor preta para fixação de cabos	50	R\$ 14,90	R\$ 745,00
1.19	Acoplador de fibra óptica padrão LC/upc – SC/upc	10	R\$ 111,00	R\$ 1.110,00
1.20	Caneta Testadora de continuidade para cabo de fibra óptica.	10	R\$ 164,69	R\$ 1.646,90
1.21	Localizador de cabos tipo zumbidor	10	R\$ 303,59	R\$ 3.035,90
1.22	Fonte Injetor PoE Ativo Gigabit Ethernet	80	R\$ 252,09	R\$ 20.167,20
1.23	Cabo DAC HUAWEI part number N° SFP+10G-CU1M	250	R\$ 265,50	R\$ 66.375,00
1.24	Cabo console adaptador de Serial (RS-232) com plug macho RJ 45 para USB macho tipo A	100	R\$ 156,78	R\$ 15.678,00
1.25	Mini Switch Não Gerenciável	100	R\$ 86,29	R\$ 8.629,00



Anexo I-4 – Adequação Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro

Itens	Fonte Pagadora	PTR	Classificação da Despesa
1.1	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.2	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.3	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.4	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.5	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.6	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.7	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.8	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.9	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.10	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.11	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.12	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.13	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.14	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.15	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.16	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.17	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.18	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.19	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.20	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.21	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.22	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.23	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.24	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo
1.25	TRF2/JFRJ	AI	33.90.30.17 – Material de TIC – material de consumo



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090/2023**PROCESSO TRF2-EOF-2022/105****ANEXO II****PLANILHA DE PREÇOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	Marca/ modelo	unid.	QUANT.por órgão		QUANTIDADE TOTAL	PREÇOS	
				TRF2	SJRJ		UNIT.	TOTAL
1	Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 vias, categoria 6		unid.	1000	1000	2000	44,80	89.600,00
2	Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 vias, categoria 5		unid.	1000	1000	2000	19,02	38.040,00
3	Conector Keystone RJ-45 macho de 8 vias, categoria 6		unid.	1000	1000	2000	9,83	19.660,00
4	Conector Keystone RJ-45 macho de 8 vias, categoria 5		unid.	1000	1000	2000	4,40	8.800,00
5	Caixa de sobrepor dupla para keystone RJ-45		unid.	300	300	600	11,82	7.092,00
6	Caixa de cabo UTP com 4 pares categoria 6 (rolo com 300m)		rolo	40	40	80	1.173,16	93.852,80
7	Caixa de cabo UTP com 4 pares categoria 5 (rolo com 300m)		rolo	40	40	80	994,05	79.524,00
8	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 0,50 metro		unid.	250	250	500	42,73	21.365,00
9	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 1,0 metro		unid.	250	250	500	45,17	22.585,00
10	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 1,5 metro		unid.	400	400	800	46,37	37.096,00
11	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 2,5 metro		unid.	150	150	300	53,84	16.152,00
12	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 5 metros		unid.	25	25	50	111,17	5.558,50
13	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 10 metros		unid.	25	25	50	147,92	7.396,00
14	Cordão óptico duplex multimodo OM3. Comprimento 1,5 metros		unid.	200	200	400	142,82	57.128,00
15	Cordão óptico duplex multimodo OM3. Comprimento 2,5 metros		unid.	200	200	400	131,73	52.692,00
16	Cordão óptico duplex multimodo OM3. Comprimento 4 metros		unid.	200	200	400	167,27	66.908,00

17	Cordão óptico duplex multimodo OM3. Comprimento 5 metros		unid.	200	200	400	167,87	67.148,00
18	Velcro cor preta para a fixação de cabos		rolo	25	25	50	14,90	745,00
19	Acoplador de fibra óptica padrão LC/upc- SC/upc		unid.	05	05	10	111,00	1.110,00
20	Caneta testadora de continuidade para cabo de fibra óptica		unid.	05	05	10	164,69	1.646,90
21	Localizador de cabos tipo zumbidor		unid.	05	05	10	303,59	3.035,90
22	Fonte injetor poE Ativo Gigabit Ethernet		unid.	40	40	80	252,09	20.167,20
23	Cabo DAC HUAWEI part number N° SFP+10G-CU1M		unid.	125	125	250	265,50	66.375,00
24	Cabo console adaptador para serial (RS-232) para USB macho tipo A		unid.	50	50	100	156,78	15.678,00
25	Mini Switch Não Gerenciável			50	50	100	86,29	8.629,00
Total								807.984,30

ANEXO III
DECLARAÇÃO ME/EPP

Pregão Eletrônico(a) 090/2023 UASG 90028

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

-

EMPRESA

DATA

ASSINATURA

ANEXO IV
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e
229/2016)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 090-23

Proc. nº TRF2-EOF-2022/0105

_____**DECLARA**, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
-------	-------------	------------	------

_____	_____	_____	_____
-------	-------	-------	-------

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO V
MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2023/....
Processo Administrativo n.º TRF2-EOF-2022/00105
Pregão Eletrônico/ SRP N.º 090/2023

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor da Secretaria Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º 090/2023**, homologado em ____/____/____, conforme despacho n.º TRF2-DES-____ no Processo Administrativo n.º TRF2-EOF-2022/00105, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) da empresa _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns), atendendo as condições previstas no edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 14.133/2021, Decreto n.º 11.462/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2023/....

Pág. 1



TRF2CAP202320956

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de material de consumo, para a manutenção da infraestrutura de rede de dados, para a Justiça Federal da 2ª Região, atuando o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) como gerenciador e a Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ) como Participante, observadas as especificações e condições contidas no Termo de Referência do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 090/2023, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para o(s) item(ns), independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º TRF2-EOF-2022/00105.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª RG, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133/2021;

2.1.1 – no caso de prorrogação da vigência da Ata por mais 01 (um) ano, os preços ali registrados poderão ser reajustados a **partir da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual**, pela variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar, mediante solicitação do fornecedor, e desde que comprovada a vantajosidade (artigo 82, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 22, do Decreto nº 11.462/2023);

2.2 - Este instrumento não obriga o TRF – 2ª RG a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A administração desta Ata caberá à Subsecretaria de Infraestrutura de TI (SITI) da Secretaria de Tecnologia da Informação.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1 – O(s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões) do(s) material(is), o(s) quantitativo(s) e marca(s) encontram-se enunciados na presente Ata.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico n.º 090/2023 – Lei nº 14133/2021

Proc. TRF2-EOF-2022/00105

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	UNID	QUANTIDADES (por Órgão)		QUANT. TOTAL	PREÇOS (R\$)	
				TRF2	SJRJ		UNIT.	TOTAL
1	Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 vias, categoria 6		unid.	1000	1000	2000		
2	Conector Keystone RJ-45 fêmea de 8 vias, categoria 5		unid.	1000	1000	2000		
3	Conector Keystone RJ-45 macho de 8 vias, categoria 6		unid.	1000	1000	2000		
4	Conector Keystone RJ-45 macho de 8 vias, categoria 5		unid.	1000	1000	2000		
5	Caixa de sobrepor dupla para keystone RJ-45		unid.	300	300	600		
6	Caixa de cabo UTP com 4 pares categoria 6 (rolo com 300m)		rolo	40	40	80		
7	Caixa de cabo UTP com 4 pares categoria 5 (rolo com 300m)		rolo	40	40	80		
8	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 0,50 metro		unid.	250	250	500		
9	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 1,0 metro		unid.	250	250	500		



TRF2CAP202320956

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico n.º 090/2023 – Lei nº 14133/2021

Proc. TRF2-EOF-2022/00105

10	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 1,5 metro		unid.	400	400	800		
11	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 2,5 metro		unid.	150	150	300		
12	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 5 metros		unid.	25	25	50		
13	Patch Cord UTP categoria 6 certificado e testado com conector injetado 10 metros		unid.	25	25	50		
14	Cordão óptico duplex multimodo OM3. Comprimento 1,5 metros		unid.	200	200	400		
15	Cordão óptico duplex multimodo OM3. Comprimento 2,5 metros		unid.	200	200	400		
16	Cordão óptico duplex multimodo OM3. Comprimento 4 metros		unid.	200	200	400		
17	Cordão óptico duplex multimodo OM3. Comprimento 5 metros		unid.	200	200	400		
18	Velcro cor preta para a fixação de cabos		rolo	25	25	50		
19	Acoplador de fibra óptica padrão LC/upc- SC/upc		unid.	05	05	10		
20	Caneta testadora de continuidade para cabo de fibra óptica		unid.	05	05	10		



TRF2CAP202320956

21	Localizador de cabos tipo zumbidor		unid.	05	05	10		
22	Fonte injetor poE Ativo Gigabit Ethernet		unid.	40	40	80		
23	Cabo DAC HUAWEI part number Nº SFP+10G-CU1M		unid.	125	125	250		
24	Cabo console adaptador para serial (RS-232) para USB macho tipo A		unid.	50	50	100		
25	Mini Switch Não Gerenciável			50	50	100		

4.2 – Valor total registrado: R\$ _____;

4.3 – Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

4.4 – Locais e horários de entrega:

4.4.1 - **TRF - 2ª RG:** Seção de Almoxarifado/ Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, localizada na Rua Acre, nº 80 – 3.º andar, sala 305 – Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20081-000, de 2ª a 6ª feira, das 10 às 17 horas;

4.4.1.1 – A entrega deverá ser agendada antecipadamente através dos telefones (21) 2282-8234/8264 ou do e-mail: salmox@trf2.jus.br

4.4.2 – **SJRJ:** Seção de Almoxarifado/SEALM, localizada na Rua Equador nº 613, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ, de 2ª a 6ª feira, das 11 às 17 horas;

4.4.2.1 – A entrega deverá ser agendada antecipadamente através dos telefones (21) 3218-6612/6613 ou do e-mail: tssealm@jfrj.jus.br

4.5 – Prazo de entrega: No máximo, [20 (vinte)] dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, de acordo como estabelecido no item 14 (subitem 14.6) do Edital, e nas seguintes situações:

5.1.1 – pelo TRF – 2.ª RG:

5.1.1.1 - quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços ou dos pedidos dela decorrentes;



5.1.1.2 - quando o Fornecedor não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 - quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e a contratada não aceitar reduzir o preço registrado;

5.1.1.4 - por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

5.1.1.5 – quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

5.1.1.6 - quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, hipótese em que será liberado sem aplicação de penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

5.1.1.7 - quando impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

5.2 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente;

5.3 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata;

5.4 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item;

5.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRF poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 - O TRF – 2ª Região fará as aquisições mediante emissão de Nota de Empenho específica;

6.2 – A contratação será sempre representada pela Nota de Empenho (ou instrumento equivalente), sendo a celebração formalizada por meio de encaminhamento, ao Fornecedor com preço registrado na Ata de Registro de Preços, da nota de empenho, via e-mail ou ofício, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento, ou da sua retirada, pelo Fornecedor;



6.3 – O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - Os órgãos e as entidades que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: (artigo 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 31, do Decreto nº 11.462/2023);

7.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

7.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 7.4;

7.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes. (artigo 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023);

7.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem. (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023);

7.3.1 - O limite referenciado no subitem 7.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023;

7.4 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 7.1.3;

7.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes;



7.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes desta Ata firmada com o TRF - 2ª Região;

7.6 - Ao órgão não participante que aderir a esta Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

7.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços;

7.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência desta Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante;

7.9 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de vigência daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital;

7.10 - O órgão ou a entidade que integra esta Ata de Registro de Preços poderá aderir a item desta ata, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no Edital.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE:

8.1. Os valores constantes no item 4.1 da Ata de Registro de Preços poderão ser reajustados, a critério do TRF - 2ª Região, após a periodicidade de 1 (um) ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “I”, do art. 92 da Lei n.º 14.133/2021.

8.1.2. O reajustamento dos preços registrados será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que venha a ser acordado entre as partes, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_o)/I_o) \times V$, onde: R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I_o = Índice da data do orçamento estimado pela Administração. V = Valor do Preço Registrado.”



9 – CLÁUSULA NONA – DO CADASTRO DE RESERVA

9.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que (subitem 13.5 do Edital):

9.1.1 - Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

9.1.2 - Mantiverem sua proposta original.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços;

10.2 – Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico – SRP N.º 090/2023, seus anexos, as documentações e as propostas das empresas classificadas, independentemente de transcrição;

10.3 – Quando houver alteração social na estrutura da empresa, esta deverá encaminhar à Divisão de Contratos (por meio dos e-mails dcont@trf2.jus.br ou secemp@trf2.jus.br ou à Rua Visconde de Inhaúma, n.º 68 – 2.º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.



12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata.

PAULO CEZAR BRAGA EDMUNDO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretor-Geral

NOME
EMPRESA
Cargo

